

8 DE MARÇO

Mulheres vão às ruas contra reformas de Temer e a violência

*Paralisações nos dias 8 e 15 visam defender os direitos e a vida das mulheres e construir uma greve nacional contra as reformas do governo golpista, pelo 'Fora, Temer!' e em defesa da educação e das aposentadorias * STU se soma à luta.*

Luciana Araújo

Neste 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, manifestações em todo o Brasil vão repudiar a proposta de desmonte da Previdência encaminhada no ano passado pelo ilegítimo governo Temer ao Congresso Nacional (a PEC 287/2016). Os atos também vão denunciar o machismo da sociedade brasileira, que faz o Brasil ser o 5º país no mundo que mais assassina mulheres, conectando-se ao chamado de greve internacional das mulheres.

Campinas também terá mobilização a partir desse eixo e o tema central deste ano é "Nenhuma a menos, nenhum direito a menos". O ato está marcado na Praça da Catedral, com concentração a partir das 16h. E haverá caravana organizada pelo STU. Para quem quiser se somar às mobilizações em São Paulo, o STU também disponibilizará o transporte.

O chamado da greve internacional foi acatado pela última assembleia do STU, que aprovou a paralisação no dia 08 e também no dia 15/03. Essas duas datas serão marcadas por paralisações e manifestações em todo o país. No dia 15 haverá paralisação nacional de di-



A Marcha das Mulheres Negras em 2015 também defendeu a previdência

versas categorias contra a reforma da previdência e trabalhista que está sendo convocado pelas principais centrais sindicais, como a CUT, CSP-Conlutas, CTB, Intersindical e até a Força Sindical. Esta data também será marcada pelo indicativo de Greve Nacional da Educação por tempo indeterminado contra as 'reformas' da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio.

Na Fasubra, foi aprovado que os dias 08 e 15 são datas importantes de mobilização rumo à construção da Greve Geral.

AGENDA FEMINISTA

8 de março (quarta-feira)

Campinas

6h30 - Café da manhã e recepção na creche

9h - Café da manhã no Ciclo Básico

10h - Debate: o dia internacional de luta das mulheres e a nossa situação na Unicamp;

14h - Concentração para saída para ato de Campinas e São Paulo

16h - Ato "Nenhuma a menos, nenhum direito a menos", concentração na Praça da Catedral em Campinas

São Paulo

17h - Ato na Praça da Sé

Assembleia dia 9/3 elegerá delegação para plenária da Fasubra

Na próxima quinta-feira (9), será realizada assembleia geral do STU para eleger a delegação da Unicamp que irá participar da Plenária Nacional Estatutária da Fasubra, que será

realizada de 17 à 19 de março, em Brasília.

Conselho de Representantes - Na quinta também será realizada a posse dos membros eleitos para o Conse-

lho de Representantes (CR) do STU. O evento será realizado às 9 horas, na sala Multiuso do IFCH. Após a posse será realizada uma reunião conjunta do CR com a diretoria do sindicato.

As mulheres param por suas vidas

A inspiração do movimento por uma paralisação internacional de mulheres veio da Polônia, onde em outubro de 2016 milhares de mulheres foram às ruas contra retrocessos legislativos aos direitos sexuais e reprodutivos. O 8M começou como um chamado das argentinas, que também mobilizaram milhões contra os assassinatos de mulheres (os feminicídios) no ano passado. Nesta quarta-feira mulheres de mais de 30 países vão aderir ao movimento. Um grito internacional em “resposta à violência social, jurídica, política, moral e verbal atual vivida pelas mulheres”, como ressalta o site <parodemujeres.com>.

Como declara a convocatória assinada por feministas como Angela Davis e Nancy Fraser, “as condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres negras e não brancas - trabalhadoras, desempregadas e migrantes -, têm-se deteriorado de

forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. (...) A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas¹, greves em instituições educacionais. Essas ações querem dar visibilidade às necessidades e aspirações que o feminismo do “faça acontecer” ignorou: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias²”.

1. Misoginia é o ódio, repulsa ou desprezo pelo sexo feminino e tudo o que está ligado a ele.

2. As aspas utilizadas neste trecho se baseiam na tradução feita pela cientista política Daniela Mussi para o Blog Junho <blogjunho.com.br>, com ajustes da edição.

GREVE INTERNACIONAL
DE MULHERES



SE NOSSAS VIDAS
NÃO IMPORTAM
QUE PRODUZAM SEM NÓS

TRABALHO PRECÁRIO

Derrotar a terceirização é uma pauta feminista



STU no 1º de maio de 2015 contra a terceirização: pauta de toda a categoria.

Entre as medidas do Governo Temer está a ampliação da terceirização e precarização do trabalho. Tramitam no Congresso Nacional dois projetos nesse sentido. O projeto de lei 4302/1998 está na Câmara dos Deputados e o PLC 30 (antigo PL 4330), no Senado. Ambos legalizam a terceirização em todos os ramos da economia.

Na Unicamp, trabalhadoras negras em sua maioria sofrem essa realidade nos setores como limpeza, restaurantes, canteiros de obras e outros. Assim como a substituição de trabalhadores concursados por estagiários.

Em diversas ocasiões o STU já denunciou situações de atrasos de salários, péssimas condições de trabalho,

falta de equipamento de proteção individual (EPI), acidentes de trabalho, assédio moral e outras práticas de desrespeito aos direitos trabalhistas cometidas pelas empresas contratadas pela Unicamp.

As mulheres sofrem ainda mais com a falta de compromisso das empresas. Sendo muitas delas chefes de famílias que são afetadas brutalmente com a precariedade dos contratos, atrasos salariais e de benefícios, superexploração, mais assédio moral e sexual.

A terceirização visa fugir das responsabilidades e encargos trabalhistas, independentemente de tal atitude trazer danos morais, psicológicos e financeiros para os trabalhadores em questão.

Por isso, nesse 8 de março o STU mais uma vez exige que a Unicamp assuma seu papel com esses trabalhadores e trabalhadoras e pede o fim das terceirizações

Reforma de Temer impõe mais 10 anos de trabalho às mulheres

O Boletim do STU entrevistou Jane Berwanger, presidenta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), sobre os impactos para o funcionalismo da reforma da previdência que tramita no Congresso Nacional (Proposta de Emenda Constitucional 287/2015). O Governo Temer tenta acelerar o desmonte do sistema de seguridade social no Brasil para garantir o pagamento dos juros da dívida. E os trabalhadores - especialmente as mulheres - são o alvo. Confira abaixo a entrevista e participe das paralisações nos dias 8 e 15.

Manoela Tomasi

Boletim do STU - O tempo de contribuição dos servidores públicos hoje é de 30 ou 35 anos somados à exigência etária de 55 ou 60 anos de idade. Qual o impacto da mudança para 25 anos de contribuição e 65 anos de idade em termos de tempo extra de trabalho exigido para assegurar o direito à aposentadoria?

A proposta traz a fusão de dois benefícios: aposentadoria por idade e por tempo de contribuição. Para as mulheres aumenta em 10 anos e para os homens em 5 anos. Embora diminua o tempo de contribuição, na prática vai significar que as pessoas vão trabalhar mais tempo, porque mesmo que tenham 35 anos terão que esperar os 65 anos de idade.

Boletim do STU - E para as mulheres, quanto tempo em média a mais de trabalho a reforma vai impor se for aprovada como está na PEC?

Supondo que a servidora tenha ingressado no serviço público aos 25 anos, pela lei atual poderia se aposentar aos 55 anos, com 30 anos de contribuição. Se a PEC for aprovada, terá que trabalhar até 65 anos de idade.

Boletim do STU - Para os servidores que já estão na ativa, serão exigidos 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 no cargo, 30 ou 35 anos de contribuição, 55 ou 60 anos de idade no momento da aposentadoria, além de ter 45 ou 50 anos de idade na data da promulgação da emenda. Qual o impacto em termos de tempo de trabalho e prejuízos financeiros para essas pessoas, especialmente as mulhe-



res, em relação às regras atuais?

O corte pela idade tende a criar situações injustas de pessoas em que faltaria pouco tempo para a aposentadoria, mas terão que trabalhar muito tempo a mais. Citemos, novamente, o exemplo de uma mulher, que tenha 44 anos de idade e 24 de contribuição. Terá que trabalhar até os 65 anos, ou seja, 45 anos de contribuição, para se aposentar.

Boletim do STU - Os servidores que, na aposentadoria, tiverem um valor de benefício acima do teto do INSS serão obrigados a pagarem aposentadoria complementar privada para terem a chance de manter um benefício em valor próximo aos vencimentos que recebem na ativa. Além da perda financeira, que outros riscos essa mudança traz?

Uma das mudanças mais surpreendentes propostas pelo Governo é de

abrir para o mercado a previdência complementar do servidor público. E todos sabemos que o mercado quer lucro e corre riscos, que serão repassados aos servidores.

Boletim do STU - E quanto tempo seria necessário pagar esse valor excedente para se aposentar com benefício próximo do salário na ativa se a reforma for mesmo promulgada em junho, como ameaça o Congresso Nacional (em termos de faixa de tempo de contribuição - por exemplo, para quem tem já 10, 20 ou 30 anos no serviço público)?

Isso depende dos planos que serão formatados em cada plano de previdência privada. Atualmente, os planos de previdência privada são contratuais ou por adesão, mas não tem garantias estabelecidas em lei.

Boletim do STU - As pessoas que estão ingressando agora ou já estão nos serviços públicos, mas longe de se aposentar, são as que em geral se preocupam menos com os impactos das mudanças. Mas qual o significado da reforma para esse segmento do funcionalismo?

Se, ao longo da história, a garantia de uma boa aposentadoria era um atrativo para o serviço público, se a PEC for aprovada o efeito será inverso, ou seja, muitas pessoas serão desestimuladas. Para os servidores representa um grande retrocesso, além de uma quebra de expectativa, já que afasta regras de transição que eram importantes garantias para quem já estava no sistema.

Uma história que pertence às trabalhadoras

O 8 de março de 1917 foi o estopim da Revolução Russa: a maior vitória da classe trabalhadora no século XX. A luta das mulheres tem muita história.

A história de luta das mulheres é muito longa. Desde as negras escravizadas que foram linha de frente nas lutas de resistência que resultaram na destruição do modo de produção escravista. Mas ela ganhou novo significado a partir do 8 de março de 1917.

Naquele ano milhares de operárias russas foram às ruas nesta data e sua luta contra a superexploração e a opressão resultou na Revolução Russa (a maior vitória do conjunto da classe trabalhadora em todo o mundo no século XX).

Antes, em 1910, a socialista Clara Zetkin havia proposto na 2ª na Conferência das Mulheres Socialistas que mulheres trabalhadoras socialistas de todo o mundo impulsionassem a

construção de um dia internacional de luta feminista.

A partir de 1918 a data passou a ser comemorada em diversos países e em 1975 a Organização das Nações Unidas reconheceu a data.

Para quem quiser conhecer mais a história do 8 de março, vale a pena ler o livro **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**, de Ana Isabel Álvarez González. O Núcleo Piratininga de Comunicação também produziu uma cartilha sobre as origens do Dia Internacional da Mulher, que pode ser acessada no site do sindicato.

Até hoje, as mulheres continuam tendo que lutar para superar as desigualdades sociais impostas pelo ca-

Cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil

- 🕒 **5 espancamentos a cada 2 minutos.**
Fundação Perseu Abramo/2010
- 🕒 **1 estupro a cada 11 minutos.**
9º Anuário da Segurança Pública/2015
- 🕒 **1 feminicídio a cada 90 minutos.**
Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil (Ipea/2013)
- 🕒 **179 relatos de agressão por dia.**
Balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015
- 🕒 **13 homicídios femininos por dia em 2013.**
Mapa da Violência 2015/Flacso

Dados compilados por @ossMioLenciontntz
Mulheres: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>



pitalismo, que vitima mais ainda as negras e não-brancas. E a máxima expressão dessas desigualdades é a violência.

UNIVERSIDADE

Na Unicamp as mulheres também são as mais exploradas e oprimidas, especialmente as negras

Na Unicamp a realidade não é menos cruel para as mulheres. Em particular para as negras. O assédio moral e sexual, a falta de vagas no Sistema de Educação Infantil, a terceirização, a ausência de uma política de saúde integral para a mulher servidora, as dificuldades impostas para o acesso aos cargos de chefia. Todos esses são problemas que enfrentamos no cotidiano.

Mudança de regime também é uma pauta feminista

Agora estamos às voltas com a insegurança jurídica do processo de Mudança de Regime. Muitas das afetadas pelas decisões judiciais negativas são mulheres já próximas da aposentadoria. Por isso, neste 8 de março também lutaremos em defesa de que nenhuma trabalhadora

que migrou de regime seja prejudicada.

Creche e atendimento às crianças também são direitos

A garantia de vagas no Sistema de Educação Infantil os filhos de todas as trabalhadoras (estatutárias, terceirizadas e contratadas via Funcamp) é outra luta histórica que destacaremos neste dia 8. Assim como o direito a férias no período de recesso escolar para as trabalhadoras mães e o atendimento às crianças nos espaços culturais da Universidade.

Cota raciais contra a desigualdade de gênero

As trabalhadoras negras enfren-

tam também a combinação nefasta das opressões de classe, raça e gênero. São maioria nas atividades precarizadas e terceirizadas, produto do racismo estrutural no Brasil. Por isso, a luta por cotas raciais nos concursos públicos, na graduação e na pós-graduação também são uma pauta feminista.

Saúde integral é direito

A melhoria e expansão das especialidades atendidas no CECOM, incluindo atendimento aos dependentes, terceirizados, contratados via Funcamp e aposentados, o acompanhamento integral e especializado em Saúde da Mulher – com garantia de realização de exames preventivos para todas as funcionárias.